

O TRÂNSITO NÃO PARA DE MUDAR. HÁ 40 ANOS, O SEGURO DPVAT ACOMPANHA TODAS ESSAS MUDANÇAS.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Seguro DPVAT indeniza as vítimas de acidentes com veículos, ocorridos dentro do País, sejam pedestres, passageiros ou motoristas. As indenizações são pagas pelo Seguro DPVAT, sem a necessidade de intermediário, independentemente da autoria de culpa ou da identificação do veículo causador do sinistro.

No ano de 2014, o Seguro DPVAT completou 40 anos de existência.

Gestão das Operações do Seguro DPVAT

A Seguradora Líder-DPVAT, responsável pela administração das operações dos Consórcios do Seguro DPVAT, dos quais participaram 78 Seguradoras no ano de 2014, tem como compromisso assegurar a população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT, administrando com transparência os recursos que lhe são confiados, além de apoiar ações que contribuam para a redução dos acidentes de trânsito.

Com o fim de balizar a sua gestão estratégica, a Seguradora Líder-DPVAT estabeleceu as seguintes diretrizes:

- garantia do atendimento adequado às vítimas e beneficiários por extensa rede distribuída em todo o território nacional;
- garantia do pagamento das indenizações, de todas as reclamações cobertas, dentro do prazo legal (máximo de 30 dias após o recebimento da documentação necessária);
- constituição das provisões técnicas em nível atuarial suficiente para garantir o pagamento de indenizações devidas; e
- manutenção da administração centralizada, facilitando o seu acompanhamento, controle e fiscalização.

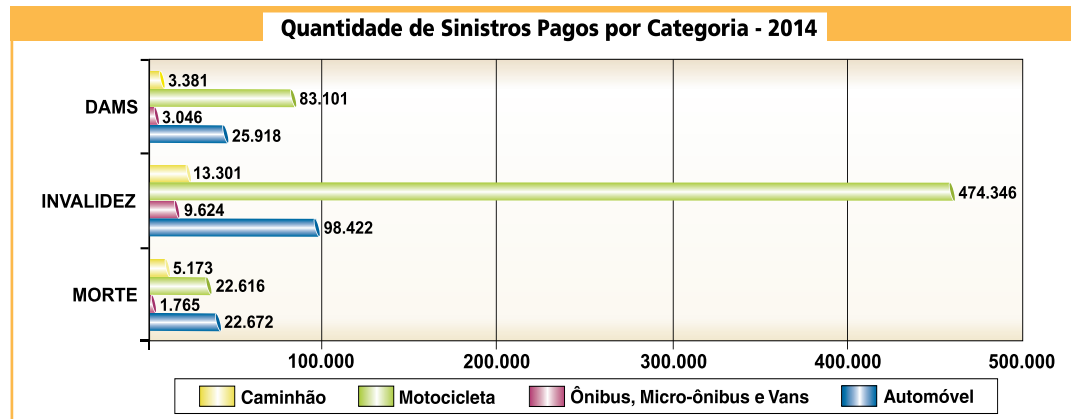
Desempenho Operacional dos Consórcios do Seguro DPVAT

Indenizações Pagas – No ano de 2014, o Seguro DPVAT pagou R\$ 3,90 bilhões em despesas com indenizações por morte, invalidez permanente e reembolsos de despesas médicas e hospitalares (DAMS), em favor de mais de 763 mil vítimas de acidentes de trânsito ou a seus beneficiários, quantidade esta superior em 20% ao registrado no ano de 2013.

Somadas todas as categorias de veículos cobertas pelo Seguro DPVAT (carros, motos, ônibus, micro-ônibus, vans e caminhões), foram pagas 52.226 indenizações por morte, 595.693 indenizações por invalidez permanente e 115.446 indenizações por reembolsos de despesas médicas e hospitalares, alcançando um total de 763.365 indenizações pagas no ano de 2014.

Do total de pessoas que sofreram algum tipo de dano em acidentes de trânsito, 71% estão na faixa etária de 18 a 44 anos, ou seja, na que concentra a maior parcela da população economicamente ativa do País.

Continua a chamar a atenção o crescimento na quantidade de indenizações por invalidez permanente, acima da média das demais garantias – morte e DAMS, com uma concentração expressiva na categoria de motocicletas, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Os acidentes com carros de passeio também tiveram peso nas indenizações do Seguro DPVAT. Ao todo, foram pagas 147.012 indenizações (R\$ 772,3 milhões), das quais 98.422 (R\$ 459,3 milhões) a título de invalidez permanente, 25.918 (R\$ 21,3 milhões) de reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS) e 22.672 (R\$ 291,6 milhões) de morte.

Motocicletas - As motocicletas, embora representem apenas 27% do total da frota de veículos do País, ocasionaram indenizações correspondentes a 68% do valor total pago e 76% da quantidade de vítimas indenizadas.

Foram 22.616 indenizações por morte em acidentes envolvendo motocicletas, o que representou 43% dos pagamentos por óbito no ano de 2014. Em valores, essas indenizações chegaram a R\$ 293,2 milhões.

A destacar ainda mais a quantidade de indenizações por invalidez permanente decorrente de acidentes envolvendo motocicletas, que totalizaram 474.346 vítimas indenizadas e que representou 80% da quantidade de indenizações pagas por esta cobertura.

Provisões Técnicas – No ano de 2014, as Provisões Técnicas do Seguro DPVAT atingiram o montante acumulado de R\$ 4,4 bilhões.

A legislação determina a constituição de Provisões Técnicas, destinadas a garantir o pagamento das indenizações devidas aos beneficiários do seguro. No ano de 2014, as Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL) e de IBNR (sigla formada pelas iniciais da expressão Sinistros Ocorridos e não Avisados, em inglês) foram elevadas a R\$ 254,9 milhões.

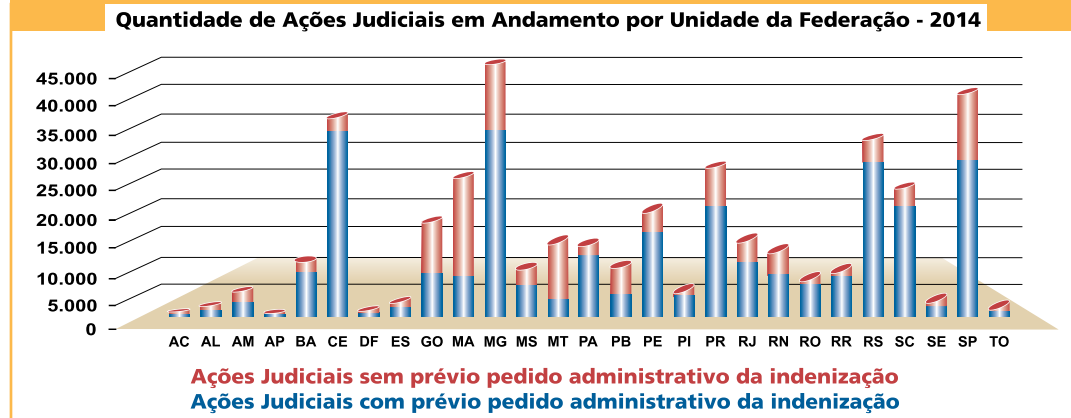
A PSL destina-se a pagamentos dos eventos já avisados e não pagos. Já a provisão de IBNR serve para garantir o pagamento dos eventos que ocorreram e ainda não foram comunicados, mas que, segundo estimativa baseada em cálculos atuariais, serão avisados em até três anos.

É importante mencionar que os Consórcios do Seguro DPVAT têm registrado uma evolução positiva no montante de Provisões Técnicas, as quais são integralmente cobertas por aplicações em fundos de investimentos lastreados por títulos públicos.

Repasse à União - No ano de 2014, os repasses a órgãos do Governo Federal representaram R\$ 3,8 bilhões para o SUS e R\$ 423,5 milhões para o DENATRAN. O valor do Seguro DPVAT pago anualmente pelos proprietários de veículos é fixado pelo Governo Federal. Por determinação legal, metade dos recursos arrecadados pelo Seguro DPVAT, relativos à parcela dos prêmios tarifários, é repassada ao Governo Federal com a seguinte destinação obrigatória: 45% para o Sistema Único de Saúde – SUS (Leis nºs 8.212/91 e 9.503/97), do Ministério da Saúde, para o custeio à assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito nos hospitais públicos e conveniados, e 5% para o DENATRAN (Lei nº 9.503/97), vinculado ao Ministério das Cidades, para realização de campanhas de prevenção de acidentes no trânsito.

Combate à Fraude – No ano de 2014, houve incremento nas ações de combate à fraude contra o Seguro DPVAT, com comprovação de 7.076 tentativas de fraude que, se pagas, gerariam perdas máximas na ordem de R\$ 56,6 milhões. Neste mesmo período, foram oferecidas 4.102 novas representações criminais, das quais parcela significativa deve resultar na instauração de inquéritos policiais, denúncias do Ministério Público e sentenças condenatórias.

Judicialização do Seguro DPVAT - Ao final do ano 2014 havia, em andamento, cerca de 373 mil ações judiciais, sendo 304 mil ações judiciais relativas à invalidez permanente. Ressalte-se que 30% dessas ações foram ajuizadas sem que sequer tenha sido feito o pedido administrativo da indenização à Seguradora Líder-DPVAT ou a outra Seguradora Consorciada. Isso ocorreu não obstante o pagamento pela via administrativa ser efetuado em até 30 dias, enquanto que o pagamento por meio de uma ação judicial leva, em média, 2 anos, dependendo da Unidade Federativa onde foi ajuizada.



A Seguradora Líder-DPVAT tem implementado, em caráter permanente, uma Política de Conciliação composta por acordos em ações judiciais, conciliações prévias e participações em inúmeros mutirões de conciliação por todo o País, que proporcionaram o encerramento de 88.677 processos no ano de 2014 e o pagamento de R\$ 292,3 milhões em indenizações. A relevância e importância da Política de Conciliação implementada pela Seguradora Líder-DPVAT foi reconhecida na 10ª Edição do Prêmio Inovare em 2013, quando foi agraciada com a Menção Honrosa. Este prêmio é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de reconhecer as práticas inovadoras que visam melhorar e modernizar o Sistema do Judiciário do País.

No ano de 2014, foram encerradas um total de 194.170 ações judiciais.

Campanhas de esclarecimento e ampliação dos pontos de atendimento

Com a finalidade de tornar o Seguro DPVAT cada vez mais conhecido da população brasileira e informar sobre seus benefícios e a facilidade de acesso a este importante instrumento de proteção social, a Seguradora Líder-DPVAT vem realizando, de forma consistente e contínua, Campanhas Institucionais sobre o Seguro DPVAT, por meio de veiculação de publicidade em âmbito nacional e também por meio de ações regionais.

Durante o ano de 2014, as Campanhas realizadas tiveram como principais objetivos (a) reforçar a informação sobre a importância do pagamento do Seguro DPVAT (conforme determinado pelo Decreto nº 7.833, de 29 de outubro de 2012) e informar sobre a possibilidade de parcelamento do pagamento para motos, ônibus, vans e veículos semelhantes, todos eles usados, com foco no aumento da arrecadação; (b) dar conhecimento ao público sobre a facilidade de acesso ao Seguro DPVAT através das agências dos Correios, sem a necessidade de intermediários, com foco no aumento da capilaridade; (c) reforçar e consolidar o conhecimento a respeito dos benefícios do Seguro DPVAT aos diversos segmentos de usuários (motoristas, pedestres, passageiros e motociclistas); e (d) prevenir acidentes no trânsito, com destaque para os problemas causados pela utilização do telefone celular, tanto por motoristas como por pedestres.

Em dezembro de 2014, a Seguradora Líder-DPVAT realizou ainda uma campanha, veiculada para formadores de opinião, em comemoração ao 40º aniversário da instituição do Seguro DPVAT no País.

Parcelamento – No ano de 2014, a quantidade de bilhetes pagos através do parcelamento foi de 496.169, o que representou 96,1% do total de bilhetes parcelados em todo o ano de 2013.

Arrecadação e Destinação dos Recursos – O ano de 2014 se encerrou com um total de 60,4 milhões de veículos com o Seguro DPVAT pago, totalizando uma arrecadação bruta de R\$ 8,5 bilhões, o que representa um crescimento de 4,8% e 5,5%, respectivamente, frente ao ano de 2013.

No ano de 2014, os valores dos prêmios permaneceram os mesmos praticados em 2013.

Resumidamente, e de acordo com a legislação, os recursos do Seguro DPVAT tiveram as seguintes destinações (em milhões de Reais):

Ano 2014		
Prêmios Arrecadados e sua Distribuição	R\$ milhões	%
Arrecadação Bruta	R\$ 8.468,1	100,0%
Repasse à União obrigatório por lei:	R\$ (4.234,6)	-50,0%
Sistema Único de Saúde - SUS	R\$ (3.811,1)	-45,0%
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	R\$ (423,5)	-5,0%
Total dos prêmios arrecadados para a operação do Seguro DPVAT	R\$ 4.233,5	50,0%
Despesas com pagamentos de indenizações às vítimas de acidentes	R\$ (3.897,1)	-46,0%
Constituição de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ (569,7)	-6,7%
Despesas de corretagem (Resolução CNSP nº 305/2013)	R\$ (60,1)	-0,7%
Despesas administrativas e outras receitas / Despesas operacionais	R\$ (265,7)	-3,1%
Despesas com PIS e COFINS	R\$ (74,0)	-0,9%
Resultado Operacional	R\$ (633,1)	-7,5%
Resgate de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ 802,1	9,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	R\$ (67,6)	-0,8%
Resultado das Consorciadas líquido de impostos e contribuições	R\$ 101,4	1,2%

Aperfeiçoamento do site institucional (www.seguradoralider.com.br)

Em 2014, foram feitas diversas melhorias no site institucional da Seguradora Líder-DPVAT, de acordo com a proposta de modernização e atualização constantes, face às demandas típicas do canal web.

Planejada para facilitar o acesso às informações e estreitar o relacionamento com a sociedade, a reestruturação do site institucional da Companhia permitiu melhorar o acesso, a navegação e a interface para os Parceiros de negócio, imprensa e Seguradoras Consorciadas, além de possibilitar a continuidade do processo de convergência com o site do Seguro DPVAT. Estratégias como estas refletem o compromisso da Seguradora Líder-DPVAT em zelar pela transparência em todas as relações com os seus diversos públicos, sejam parceiros, formadores de opinião ou usuários do Seguro DPVAT.

Além do site institucional da empresa e do blog Viver Seguro no Trânsito (www.viversegurodotransito.com.br), a Seguradora Líder-DPVAT disponibiliza outros canais de relacionamento direto com o público.

Serviços de Atendimento ao Público

Site do Seguro DPVAT (www.dpvatsegurodotransito.com.br)

Site especializado no Seguro DPVAT, que presta diversos serviços online e disponibiliza amplas informações por meio de textos simples e vídeos educativos.

Email

Disponível pelo Site do Seguro DPVAT (www.dpvatsegurodotransito.com.br), presta atendimento ao público com compromisso de resposta em até 24 horas.

Chat

O serviço de atendimento online é disponibilizado pelo Site do Seguro DPVAT (www.dpvatsegurodotransito.com.br) de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30m.

Redes Sociais

Serviços de atendimento são prestados diariamente nas redes sociais Facebook, Twitter e Youtube, além de dicas e informações de utilidade pública:

www.facebook.com/DPVAToficial

www.twitter.com/DPVAToficial; e

www.youtube.com/DPVAToficial

SAC DPVAT (0800-0221204)

Atende ligações de todo o Brasil gratuitamente, 24h por dia, todos os dias da semana.

Qualidade

Canal especializado no tratamento e atendimento às reclamações registradas nos nossos diversos canais de relacionamento, incluindo as redes sociais e o site de desconhecida adesão popular Reclame Aqui.

SMS

Serviço disponibilizado para dar informações diárias sobre o andamento dos pedidos de indenização a beneficiários e vítimas.

Consultor de Abertura de Processo

Serviço recém-criado para atender ligações de cidadãos que tenham dúvidas sobre como solicitar a indenização do Seguro DPVAT.

Ouvidoria (0800-0219135)

A Seguradora Líder-DPVAT também disponibiliza uma Ouvidoria, atuando como última instância de atendimento a reclamações.

No ano de 2014, os canais de relacionamento da Seguradora Líder-DPVAT totalizaram 17.347.855 atendimentos à população. Um crescimento de 54% em relação a 2013.

Perspectivas para o ano de 2015

Estão em desenvolvimento e consolidação as seguintes ações:

- ampliação contínua da rede de atendimento ao público com implantação de novos pontos localizados em diferentes municípios, através do projeto Parceiro DPVAT e da ampliação da Parceria com os Correios, alcançando as agências franqueadas;
- continuidade na Campanha Institucional do Seguro DPVAT dirigida a toda população, incentivando o acesso direto da vítima e seus beneficiários ao Seguro DPVAT, sem a necessidade de utilização de intermediários, e na utilização de mensagens com foco na prevenção de acidentes;
- implementação de novos recursos tecnológicos para ampliação dos canais de atendimento e aprimoramento dos já existentes, com destaque para o SAC DPVAT e canais digitais de relacionamento;
- implantação do novo sistema de monitoramento e gestão dos processos judiciais (SISDPVAT Jurídico);
- continuidade na execução de políticas que visem à redução do número de ações judiciais propostas, especialmente nos Estados em que se concentra o maior número de ações sem prévio pedido administrativo às Seguradoras;
- monitoramento do funcionamento do sistema de workflow de sinistros, bem como continuidade nas implementações de melhoria do sistema;
- consolidação do novo sistema de combate à fraude, reduzindo a exposição do Seguro DPVAT e de seus beneficiários às ações de fraudadores;
- implantação do sistema de monitoramento e combate a irregularidades na arrecadação;
- consolidação da nova estrutura de Tecnologia da Informação para eficiente e eficaz suporte às ações de modernização e continuidade da operação;
- continuidade no programa de capacitação dos novos pontos de atendimento do Seguro DPVAT e reciclagem dos antigos, através de treinamento presencial e EAD (Ensino a Distância), visando a melhoria da eficiência no atendimento;
- melhoria da qualidade dos dados relacionados aos acidentes de trânsito constantes nos processos de sinistros, visando ao aprimoramento das estatísticas elaboradas pelo Centro de Estatísticas da Seguradora Líder-DPVAT; e
- lançamento do Anuário Estatístico do Seguro DPVAT.

Desempenho da Seguradora Líder-DPVAT

Em 2014 as Provisões Técnicas da Seguradora Líder-DPVAT atingiram R\$ 32,8 milhões, contra R\$ 29,0 milhões no ano de 2013, tendo sido auditadas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com os princípios atuariais especificamente aplicáveis à carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

O total de aplicações financeiras da Seguradora atingiu o montante de R\$ 57,2 milhões, sendo R\$ 24,4 milhões relativos aos ativos livres (carteira de giro) e R\$ 32,8 milhões relativos aos ativos garantidores das Provisões Técnicas. O crescimento destes ativos garantidores correspondeu a 13% em comparação ao ano de 2013.

O lucro líquido da Seguradora, depois dos impostos e contribuições, totalizou no ano de 2014 o valor de R\$ 2,2 milhões, gerado pela sua participação de 0,74654% nos Consórcios do Seguro DPVAT e pelos rendimentos das aplicações financeiras do capital social integralizado, representando um retorno de 9,43% sobre o Patrimônio Líquido médio do ano (R\$ 23,6 milhões).

O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio do exercício é reflexo da regulamentação que define a alocação dos recursos. Por essas normas, o resultado líquido das Seguradoras Consorciadas é limitado a 1,2% da arrecadação (conforme demonstrado no quadro constante do tópico Destinação dos Recursos).

Existe um Acordo de Acionistas que contém regras sobre governança corporativa, de entrada e de saída de acionistas da Sociedade, e outras específicas para alienação de participações e eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como disposições sobre omissão de ações e execução por inadimplência de obrigações, além de outras disposições.

Publicação de dados no site da SUSEP

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do parecer de nossos auditores externos, e aprovadas pelo Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, serão enviadas para disponibilização no site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e estarão disponíveis no site www.seguradoralider.com.br.

Agradecimentos

A Seguradora Líder-DPVAT registra os agradecimentos aos acionistas, à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, às demais autoridades públicas, aos seus colaboradores e parceiros comerciais.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

(Continua...)

NOS ÚLTIMOS ANOS, O MOVIMENTO DE VEÍCULOS AUMENTOU. A QUANTIDADE DE PESSOAS PROTEGIDAS PELO DPVAT TAMBÉM.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013

(...continuação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014		2013		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante		356.976	301.856	Circulante		312.302		265.160			
Disponível		10.385	9.721	Contas a pagar		115.635		104.183			
Caixa e equivalente de caixa - Consórcios DPVAT	6	10.385	9.721	Obrigações a pagar - Consórcios DPVAT	9	12.142		13.773			
Aplicações	6 e 7	321.201	270.711	Impostos e encargos sociais a recolher - Consórcios DPVAT		3.800		3.347			
Aplicações - Seguradora Líder		57.245	51.677	Encargos trabalhistas - Consórcios DPVAT		4.133		3.628			
Aplicações - Consórcios DPVAT		263.956	219.034	Impostos e contribuições - Seguradora Líder		1.413		1.112			
Outros créditos operacionais		629	610	Resultados a distribuir - Consórcios DPVAT	10	63.290		66.197			
Outros créditos operacionais - Seguradora Líder		629	589	Outras contas a pagar - Consórcios DPVAT	11	30.333		15.714			
Outros créditos operacionais - Consórcios DPVAT			21	Outras contas a pagar - Seguradora Líder	18	524		412			
Títulos e créditos a receber	8	24.582	20.413	Débitos de operações com seguros		24.979		16.736			
Outros créditos - Consórcios DPVAT		30.118	26.238	Prêmios a restituir - Consórcios DPVAT		9		14			
Outros créditos - Seguradora Líder		1.344	1.055	Corretores de seguros - Consórcios DPVAT		6.576		6.217			
Provisão para riscos de créditos - Consórcios DPVAT		(6.880)	(6.880)	Detrans - Consórcios DPVAT	12	10.371		6.893			
Despesas antecipadas - Consórcios DPVAT		179	401	Outros débitos operacionais - Seguradora Líder		13		12			
Não circulante		1.220	1.184	Outros débitos operacionais - Consórcios DPVAT		8.010		3.600			
Realizável a longo prazo		1.094	1.086	Depósitos de terceiros - Consórcios DPVAT	13	138.480		114.429			
Títulos e créditos a receber		1.094	1.086	Provisões técnicas - Seguros e resseguros	14	32.801		28.980			
Outros créditos a receber - Consórcios DPVAT		2.564	2.556	Sinistros a liquidar - Seguradora Líder		15.983		15.825			
Provisão para riscos de crédito - Consórcios DPVAT		(1.470)	(1.470)	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados - Seguradora Líder		16.425		13.025			
Imobilizado - Seguradora Líder		73	59	Outras provisões - Seguradora Líder		393		130			
Intangível - Seguradora Líder	24(b)	53	39	Outros débitos							
Total do ativo		358.196	303.040	Provisões judiciais - Consórcios DPVAT		407		832			
				Não circulante	17	21.427		15.096			
				Outros débitos - Seguradora Líder		126		119			
				Outros débitos - Consórcios DPVAT		21.301		14.977			
				Patrimônio líquido - Seguradora Líder	18	24.467		22.784			
				Capital social		15.000		15.000			
				Reservas de lucros		9.467		7.784			
				Total do passivo e patrimônio líquido		358.196		303.040			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos líquidos		8.468.054	8.029.832
Prêmios cedidos - repasses obrigatórios	21(a)	(4.234.514)	(4.015.564)
Prêmios cedidos - repasses aos Consórcios DPVAT		(4.203.515)	(3.986.153)
Prêmios retidos		30.025	28.115
Variação das provisões técnicas		(252)	71
Prêmios ganhos	20	29.773	28.186
Sinistros diretos		(3.664.778)	(3.513.143)
Sinistros - repasse aos Consórcios DPVAT		3.638.787	3.488.538
Sinistros ocorridos	21(b)	(25.991)	(24.605)
Custo de aquisição	21(c)	(426)	(404)
Outras receitas e despesas operacionais	21(d)	(443)	(365)
Despesas administrativas	21(e)	(1.314)	(1.188)
Despesas com tributos	21(f)	(491)	(549)
Resultado financeiro	21(g)	2.549	1.805
Resultado operacional		3.657	2.880
Resultado antes dos impostos e participações		3.657	2.880
Imposto de renda	19	(864)	(680)
Contribuição social	19	(545)	(432)
Participações sobre o resultado		(41)	(35)
Lucro líquido do exercício		2.207	1.733
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício atribuível aos acionistas - básico e diluído - R\$		147,13	115,53

Não foram auferidos outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguros	1.667	1.640
Outros pagamentos operacionais	(21)	(20)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.646	1.620
Impostos e contribuições pagos	(1.882)	(1.646)
Aplicações - vendas e resgates	648	416
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	412	390
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(412)	(390)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(412)	(390)
Variação de caixa e equivalente a caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		
Aumento nas aplicações financeiras recursos livres	1.746	1.310
Conciliação com o lucro líquido do exercício		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.207	1.733
Receitas não realizadas de aplicações	(2.416)	(1.723)
Despesa de imposto de renda, contribuição social e participações	1.450	1.147
Atividades operacionais		
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações	(3.152)	(2.824)
Outros créditos operacionais	(329)	(617)
Provisões técnicas	3.820	3.233
Outros débitos operacionais	232	577
Caixa provenientes das operações	1.812	1.491
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.400)	(1.101)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	412	390

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 1º de janeiro de 2013	15.000	424	6.039		21.463
Lucro líquido do exercício				1.733	1.733
Destinação do lucro					
Reserva legal		87		(87)	
Reserva estatutária			1.234	(1.234)	
Dividendos propostos (R\$ 27,47 por lote de mil ações)				(412)	(412)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.000	511	7.273		22.784
Lucro líquido do exercício				2.207	2.207
Destinação do lucro					
Reserva legal		110		(110)	
Reserva estatutária			1.573	(1.573)	
Dividendos propostos (R\$ 34,93 por lote de mil ações)				(524)	(524)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.000	621	8.846	9.467	24.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

(a) Como líder dos Consórcios de Seguros DPVAT

A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder-DPVAT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2007 e autorizada a operar pela Portaria da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nº 2.797 de 4 de dezembro de 2007.

A Seguradora Líder-DPVAT foi criada com a finalidade de promover o alinhamento das operações do Seguro DPVAT (Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não) com as deliberações da Resolução nº 154, de 8 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a qual determinou a substituição dos Convênios por Consórcios, constituídos na forma da Lei das Sociedades por Ações, e estabeleceu que a administração desses Consórcios fosse realizada por uma seguradora especializada.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2008, a Seguradora Líder-DPVAT foi designada para a função de líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT e, como sua administradora, tem as principais funções de: recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, revisar a regulação e liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos Consórcios. A Seguradora Líder-DPVAT não recebe remuneração pela prestação de seus serviços de administração dos Consórcios e os custos de sua estrutura administrativa diretamente vinculada aos Consórcios são a eles alocados.

Até 31 de dezembro de 2007, as atividades de administração das operações do Seguro DPVAT eram exercidas pela FENASEG – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, cuja equipe de profissionais, e estruturas administrativa e operacional foram, também, transferidas para a Seguradora Líder-DPVAT.

(b) Como integrante dos Consórcios de Seguros DPVAT

Além de atuar como líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT, a Seguradora Líder-DPVAT também deles participa, sendo o resultado oriundo dos referidos Consórcios refletido em suas demonstrações financeiras, mediante aplicação dos seguintes percentuais de participação:

Período	% (*)
De janeiro a março de 2013	0,70180
De abril a setembro de 2013	0,69728
De outubro a dezembro de 2013	0,70605
De janeiro a março de 2014	0,66768
Em abril de 2014	0,72313
Em maio de 2014	0,72053
De junho a julho de 2014	0,72958
De agosto a setembro de 2014	0,73984
De outubro a dezembro de 2014	0,74654

(*) Os percentuais de participação acima são calculados considerando 50% com base no patrimônio líquido ajustado (PLA) de cada seguradora participante dos Consórcios, mais 50% definidos com base nas regiões onde as sociedades participantes estão autorizadas a operar, conforme metodologia de cálculo definida na Circular CNSP nº 298 de dezembro de 2013, em vigor a partir de abril de 2014. Anteriormente, a metodologia de cálculo era estabelecida pelos Consórcios do Seguro DPVAT.

As seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcios, entre as quais a Seguradora Líder-DPVAT, operam o seguro DPVAT para os veículos automotores de categorias específicas, conforme tabela de prêmios de DPVAT constante da Resolução CNSP nº 274/12, assumindo os direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos por meio dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento, emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, em todo o território nacional.

Para operarem o seguro DPVAT, as seguradoras aderiram, simultaneamente, aos dois únicos Consórcios de Seguro DPVAT, mediante manifestação escrita de adesão na qual aceitam integralmente as cláusulas e condições dos mesmos, acompanhada de autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Em caso de desligamento voluntário, a seguradora requerente transferirá a sua parcela de IBNR e demais provisões técnicas do DPVAT para as demais Seguradoras, após análise pela Seguradora Líder-DPVAT da suficiência da margem de solvência das seguradoras remanescentes para operarem o referido seguro. A exclusão da seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao Seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, após o transcurso de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

Os prêmios tarifários, as indenizações por cobertura e os percentuais de repasse dos prêmios arrecadados, inclusive para constituição de provisões técnicas, são determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e divulgados pela SUSEP. Dessa forma, conforme Resolução CNSP nº 305/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, os prêmios tarifários arrecadados relativos às categorias 1, 2, 9 e 10 (Consórcio 1) e às categorias 3 e 4 (Consórcio 2), são assim distribuídos:

Componentes	Consórcio 1 (%)	Consórcio 2 (%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0
Seguradoras		
Despesas administrativas (*)	3,9228	7,1339
Prêmio puro + IBNR (*)	43,5772	32,8661
Corretagem	0,5	8,0
Margem de resultado	2,0	2,0
	100	100

(*) Ver critério de cálculo na Nota 2.10.

(Continua...)

DPVAT. O SEGURO DO TRÂNSITO.



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os percentuais aplicados foram os seguintes:

Componentes	Consórcio 1 (%)	Consórcio 2 (%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0
Seguradoras		
Despesas administrativas (*)	3,4076	7,6344
Prêmio puro + IBNR (*)	44,0924	32,3656
Corretagem	0,5	8,0
Margem de resultado	2,0	2,0
	<u>100</u>	<u>100</u>

(*) Ver critério de cálculo na Nota 2.10.

As posições patrimoniais dos Consórcios administrados pela Seguradora Líder-DPVAT estão demonstradas como segue:

	2014	2013
Ativo	4.691.508	4.353.036
Circulante	10.385	9.721
Disponível (i)	4.657.706	4.323.535
Aplicações		
Títulos para cobertura de provisões técnicas (ii)	4.393.750	4.104.501
Outras aplicações financeiras	263.956	219.034
Títulos e créditos a receber (i)	23.238	19.379
Despesas antecipadas (i)	179	401
Não circulante	1.094	1.086
Títulos e créditos a receber (i)	1.094	1.086
Total do ativo	<u>4.692.602</u>	<u>4.354.122</u>
Passivo	2014	2013
Circulante	4.671.301	4.339.145
Contas a pagar (i)	113.698	102.659
Débitos com operações de seguros (i)	24.966	16.724
Depósitos de terceiros (i)	138.480	114.429
Provisões judiciais (i)	407	832
Provisões técnicas (ii)	4.393.750	4.104.501
Sinistros ocorridos mas não avisados	2.200.197	1.844.782
Sinistros a liquidar	2.140.904	2.241.393
Outras provisões (PDA)	52.649	18.326
Não circulante	21.301	14.977
Outros débitos (i)	21.301	14.977
Total do passivo	<u>4.692.602</u>	<u>4.354.122</u>

- (i) Saldos também registrados nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT para posterior transferência aos Consórcios.
- (ii) Saldos submetidos a procedimentos de auditoria para fins de determinação dos seus efeitos nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b), tais saldos foram calculados em conformidade com as instruções e práticas contábeis específicas aos Consórcios DPVAT estabelecidas pela SUSEP.

Os Consórcios aferiram os seguintes resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro (inclui a Seguradora Líder-DPVAT, pois a mesma também é consorciada):

	2014	2013
Prêmios emitidos líquidos (i)	8.468.054	8.029.832
Repasses obrigatórios (i)	(4.234.514)	(4.015.564)
Prêmios retidos	4.233.540	4.014.268
Varição das provisões técnicas (ii)	(37.996)	10.000
Prêmios ganhos	4.195.544	4.024.268
Sinistros ocorridos (i)	(3.664.778)	(3.513.143)
Custo de aquisição (ii)	(60.099)	(57.674)
Outras receitas e despesas operacionais (ii)	(61.932)	(55.625)
Despesas administrativas (ii)	(183.837)	(167.850)
Despesas com tributos (ii)	(74.655)	(81.540)
Resultado financeiro (ii)	18.573	11.582
Prejuízo na alienação de bens (ii)	59	(69)
Resultado dos Consórcios	168.875	159.949

- (i) Valores registrados nas demonstrações do resultado da Seguradora Líder-DPVAT e que foram objeto de repasse aos Consórcios.
- (ii) Saldos submetidos a procedimentos de auditoria para fins de determinação dos seus efeitos nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b), tais saldos foram calculados em conformidade com as instruções e práticas contábeis específicas aos Consórcios DPVAT estabelecidas pela SUSEP.
- (c) **Atendimento à Resolução CNSP nº 273/2012**
Apresentamos abaixo as informações para atendimento dos artigos 6º e 7º da Resolução CNSP nº 273/2012:
(a) O lucro líquido da Seguradora Líder-DPVAT, no montante de R\$ 2.207, e o resultado dos Consórcios destinado a cada Seguradora integrante dos Consórcios 1 e 2, cujo total monta a R\$ 168.875 (incluída a Seguradora Líder-DPVAT), em 31 de dezembro de 2014, correspondem a até 2% do total anual arrecadado pelo Seguro DPVAT.
(b) As despesas administrativas incorridas e objeto de rateio entre os integrantes dos consórcios (Nota 21(e)) foram realizadas e controladas em observância aos princípios da eficiência, da razoabilidade, da publicidade e da impessoalidade.
(c) As contratações foram feitas com fornecedores e prestadores de serviços considerando os atributos de qualidade definidos pela Seguradora Líder e em concordância com as práticas usuais de mercado.
(d) As doações e os patrocínios realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão relacionados aos objetivos operacionais e institucionais do Seguro DPVAT.
(e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os funcionários da Seguradora Líder-DPVAT não apresentaram vínculo de parentesco com os indivíduos relacionados na referida resolução.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Seguradora em 24 de fevereiro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis da Seguradora. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais – R\$, que é a moeda funcional da Seguradora.

2.3. Disponível – caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento dos compromissos de curto prazo dos consórcios.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Seguradora compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora.

2.4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor líquido, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Seguradora aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outro metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. Na Nota 7, encontra-se a composição das aplicações financeiras, as quais foram classificadas no Nível 1.

2.4.4. Compensação de ativos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não houve compensação de ativos financeiros nos exercícios cobertos por esta demonstração financeira.

2.4.5. Impairment de ativos financeiros

A Seguradora, avalia no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Seguradora avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

2.5. Demais ativos circulante e não circulante

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização. A Seguradora constitui provisão para riscos de crédito em montante julgado suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização de créditos a receber.

2.6. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens, sendo 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para veículos, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

2.7. Intangível – programas de computador (softwares)

Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos serão amortizados, usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, à medida que entrarem em operação.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução ao valor recuperável é estabelecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.9. Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Seguradora, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.10. Provisões técnicas – seguros

São constituídas com base em critérios de cálculo definidos especificamente pelo Conselho Nacional de Seguros Privados para o ramo DPVAT, por meio da Resolução CNSP nº 153/06, conforme abaixo. Sobre o montante calculado de acordo com a referida metodologia, é aplicado o percentual de participação que cabe à Seguradora Líder-DPVAT para o cálculo das provisões técnicas de sua responsabilidade.

• Provisões de sinistros a liquidar – PSL

Constituída para cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, a partir dos recursos originários do respectivo IBNR, que deverá ser ajustado considerando a variação mensal da PSL. Os seguintes critérios são adotados para o cálculo da PSL:

- (i) Sinistros em demanda judicial com ação transitada em julgado: valor da sentença.
- (ii) Sinistros administrativos para cobertura de morte: valor máximo de indenização estabelecido pelo CNP.
- (iii) Sinistros administrativos para as demais coberturas e sinistros em demanda judicial para ações em trânsito: (i) valor acordado entre a Seguradora e o segurado ou (ii) valor reclamado pelo segurado quando aceito pela Seguradora ou (iii) valor estimado pela Seguradora quando o segurado não tenha indicado o valor do sinistro ou (iv) valor igual à metade da soma da indenização reclamada pelo segurado e da estimada pela Seguradora, quando houver divergência de avaliação, limitado ao valor máximo de indenização estabelecido pelo CNP.

De acordo com nota técnica revisada pela Seguradora Líder-DPVAT, para os casos de sinistros administrativos e os sinistros judiciais, respectivamente, as estimativas passaram a considerar, também, as seguintes premissas:

- (a) Sinistros administrativos: probabilidade de ocorrência de sinistros negados por ausência de cobertura, calculada com base no histórico de ocorrências dos últimos doze meses.
- (b) Sinistros administrativos por invalidez e despesas médico-hospitalares: histórico do valor máximo indenizado nos últimos seis meses, desde que não exceda ao valor máximo de cobertura.
- (c) Sinistros judiciais: histórico de ações judiciais, calculado com base nos eventos encerrados nos últimos doze meses.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR

É calculada pela diferença entre o valor obtido pelo percentual aplicado sobre prêmios arrecadados (em 31 de dezembro de 2014 e de 2013: 43,5772%, 44,0924%, respectivamente para o Consórcio 1 e 32,8661%, 32,3656%, respectivamente para o Consórcio 2) e o somatório dos sinistros efetivamente pagos. Se a referida diferença for negativa, o montante correspondente deverá ser baixado do IBNR.

• **Provisão de despesas relacionadas – PDR**
Registrada na rubrica “Outras provisões”, é constituída por meio da apuração mensal do resultado administrativo da diferença do percentual aplicado sobre os prêmios arrecadados em 2014: 3,9228% para o Consórcio 1 e 7,1339% para o Consórcio 2 (2013: 3,4076% para o Consórcio 1 e 7,6344% para o Consórcio 2) e as despesas administrativas efetivamente realizadas pelo Consórcio no correspondente mês. Eventuais déficits são abatidos da PDR acumulada do mês anterior e, não havendo saldo suficiente, as seguradoras que compõem o convênio DPVAT deverão suprir a insuficiência.

• Aplicação dos recursos das provisões

Os recursos das provisões são capitalizados mensalmente pela rentabilidade obtida pela carteira de investimento dos seus ativos garantidores.

• **Teste de adequação dos passivos (LAT – Liability Adequacy Test)**
Conforme disposto na Circular Susup nº 417/12, o teste de adequação dos passivos exigido pelo CPC 11 – Contratos de Seguros não é requerido às operações do Seguro DPVAT.

2.11. Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

2.12. Ativos e passivos contingentes

- (i) **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exígvel. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas, quando aplicável.
- (ii) **Passivos contingentes:** são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor (Nota 19).

2.14. Apuração do resultado

- A apuração do resultado considera:
- os prêmios tarifários e as comissões, incluindo os custos de angariação deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões, de acordo com o prazo de vigência dos bilhetes (ano civil);
 - os repasses obrigatórios dos prêmios tarifários arrecadados, conforme critérios de distribuição estabelecidos pela Resolução CNSP nº 305/2013 a partir de 2014;
 - os repasses, para os consórcios, dos prêmios tarifários arrecadados, (prêmios emitidos líquidos) e dos sinistros diretos na proporção correspondente às quotas das demais seguradoras integrantes dos consórcios;
 - a variação das provisões técnicas calculadas, conforme critério de cálculo descrito na Nota 2.10;
 - os sinistros pagos mediante liquidação financeira;
 - a participação dos funcionários, apurada com base em programa próprio, consoante a Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, e arquivado no sindicato da categoria;
 - a receita e as despesas financeiras, reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável; e
 - as demais receitas e despesas de acordo com o regime de competência.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Seguradora faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

- (a) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**
O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração, sendo que, as provisões relacionadas a seguros são exclusivamente determinadas de acordo com critério de cálculo definido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme descrito na Nota 2.10. Dessa forma, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras para tais obrigações.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Riscos financeiros

A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(a) Risco de crédito

A Seguradora administra os Consórcios do Seguro DPVAT e tem como principais funções recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, revisar a regulação e liquidar os sinistros e pagar as despesas da Administração com os recursos dos Consórcios. Não há, segundo a Administração da Seguradora, portanto, risco relevante de crédito no que tange ao seu contas a receber. As aplicações financeiras são realizadas exclusivamente em títulos com emissão do Tesouro Nacional.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar esse objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de gestão de liquidez e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações em conjunto com a gerência de investimentos, que é a responsável pela liquidez dos instrumentos financeiros utilizado na gestão das aplicações financeiras, utilizando Estudo de Macro Alocação de Ativos (ALM) elaborado por consultoria externa. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. A gerência financeira monitora continuamente as provisões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em fundos de investimentos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, a carteira da seguradora está aplicada em fundos de investimentos lastreados 100% em títulos públicos federais.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

(c) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas oriundas de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos e indexadores das carteiras ativa e passiva. Esse risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento entre ativos e passivos.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora.

O TRÂNSITO NÃO PARA DE MUDAR.
HÁ 40 ANOS, O SEGURO DPVAT
ACOMPANHA TODAS ESSAS MUDANÇAS.



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O controle do risco de mercado é calculado para cada carteira por Consultoria Financeira externa gerando informação para acompanhamento pelo Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais;
- avaliar e definir os limites de *Value at Risk* (VaR) das carteiras;
- analisar a política de liquidez; e
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da gerência de investimentos, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

Análise do risco de mercado

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR estão definidos na Política de Investimentos e o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo de 21 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos.

Teste de sensibilidade (Risco de Mercado)

As aplicações financeiras oferecidas em garantia das provisões técnicas da Seguradora estão integralmente registradas na Central de Títulos Privados – CETIP, sob a custódia centralizada do Itaú Custódia e são integralmente aplicados conforme as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados, SUSEP, e o Conselho Monetário Nacional – CMN. O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado.

Derivativos

Em 2014 e 2013, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

4.2. Risco legal e "compliance"

É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) risco com órgãos reguladores, (ii) risco de atividades em desacordo com políticas internas, (iii) risco de lavagem de dinheiro, (iv) risco de reputação e (v) risco de contratos.

Gestão do risco legal

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, em conjunto com seus prestadores de serviços, realiza a revisão periódica dos contratos a fim de mitigar o risco legal.

Gestão do risco de "compliance"

A Seguradora Líder-DPVAT possui uma estrutura de "compliance" e a figura dos agentes de "compliance", a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação.

Os agentes de "compliance", certificados por entidade reconhecida no Mercado Segurador, têm por função disseminar a metodologia e as determinações de "compliance" em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades-chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação.

O processo de autoavaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo uma vez ao ano.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2014	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
Ativos, conforme balanço patrimonial Seguradora Líder		
Aplicações		57.245
Créditos das operações e outros créditos	1.973	1.973
	<u>1.973</u>	<u>57.245</u>
Consórcios DPVAT		
Caixa e equivalentes de caixa	10.385	10.385
Aplicações		263.956
Créditos das operações e outros créditos	24.332	24.332
	<u>34.717</u>	<u>263.956</u>
		Outros passivos financeiros
Passivo, conforme balanço patrimonial Seguradora Líder		
Obrigações a pagar e outras obrigações, excluindo obrigações legais		663
Consórcios DPVAT		
Obrigações a pagar e outras obrigações, excluindo obrigações legais		152.032
		<u>152.032</u>
		2013
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
Ativos, conforme balanço patrimonial Seguradora Líder		
Aplicações		51.677
Créditos das operações e outros créditos	1.644	1.644
	<u>1.644</u>	<u>51.677</u>
Consórcios DPVAT		
Caixa e bancos	9.721	9.721
Aplicações		219.034
Créditos das operações e outros créditos	20.465	20.465
	<u>30.186</u>	<u>219.034</u>
		Outros passivos financeiros
Passivo, conforme balanço patrimonial Seguradora Líder		
Obrigações a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais		543
Consórcios DPVAT		
Obrigações a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais		127.385
		<u>127.385</u>

	2014	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
Ativos, conforme balanço patrimonial Seguradora Líder		
Aplicações		51.677
Créditos das operações e outros créditos	1.644	1.644
	<u>1.644</u>	<u>51.677</u>
Consórcios DPVAT		
Caixa e bancos	9.721	9.721
Aplicações		219.034
Créditos das operações e outros créditos	20.465	20.465
	<u>30.186</u>	<u>219.034</u>
		Outros passivos financeiros
Passivo, conforme balanço patrimonial Seguradora Líder		
Obrigações a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais		543
Consórcios DPVAT		
Obrigações a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais		127.385
		<u>127.385</u>

	2014		2013	
	Rating	2014	2013	Rating
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Créditos das operações e outros créditos				
Seguradora Líder		1.973	1.644	
Consórcios DPVAT		24.332	20.465	
		<u>26.305</u>	<u>22.109</u>	
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)				
Disponível - Consórcios DPVAT				
Disponível em caixa		5	5	
Banco do Brasil S.A.	BBB	10.367	9.706	
Caixa Econômica Federal	AA+			
	AAA.br (*)	8	9	
Bradesco	br AAA		1	
Itaú Unibanco S.A.	br AAA	5		
Total do disponível		<u>10.385</u>	<u>9.721</u>	
	Rating	2014	2013	
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)				
Aplicações - Seguradora Líder				
Banco Bradesco S.A.	br AAA	17.331	15.589	
Banco do Brasil S.A.	BBB	17.517	15.621	
Caixa Econômica Federal	AA+ (bra) e			
	AAA.br (*)	1.840	1.733	
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.	br AAA	17.155	15.595	
Itaú Vanguarda	MQ2(**)	1.124	1.246	
Safra	AA+ (***)	854	846	
Mapfre	BBB	1.424	1.047	
		<u>57.245</u>	<u>51.677</u>	
Aplicações - Consórcios DPVAT				
Banco Bradesco S.A.	br AAA	87.986	73.016	
Banco do Brasil S.A.	BBB	87.986	73.016	
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.	br AAA	87.984	73.002	
Total de aplicações		<u>263.956</u>	<u>219.034</u>	

(*) Não apresenta classificação na *Standard & Poor's*, entretanto o *rating* na *Fitch and Moody's* corresponde a AA+ (bra) e Aaa.br, respectivamente.

(**) Não apresenta classificação na *Standard & Poor's*, entretanto o *rating* na *Moody's* corresponde a MQ2 de qualidade de gestor de investimentos.

(***) Não apresenta classificação na *Standard & Poor's*, entretanto o *rating* na *Fitch* corresponde a AA+.

7. Aplicações

	2013		2013	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
(a) Seguradora Líder				
Títulos para negociação				
Fundos de Investimento Circulante				
Bradesco FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	9.187	9.187	8.027	8.027
Banco do Brasil FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	9.373	9.373	8.059	8.059
Itaú FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	9.011	9.011	8.033	8.033
Itaú Vanguarda FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	1.124	1.124	1.246	1.246
Safra FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	854	854	846	846
Caixa FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	1.840	1.840	1.733	1.733
Mapfre FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	1.424	1.424	1.047	1.047
BB Institucional FI Renda Fixa	8.144	8.144	7.562	7.562
Bradesco FI Referenciado DI Premium	8.144	8.144	7.562	7.562
Itaú Soberano Referenciado DI LP	8.144	8.144	7.562	7.562
	<u>57.245</u>	<u>57.245</u>	<u>51.677</u>	<u>51.677</u>
(b) Consórcios DPVAT				
Títulos para negociação				
Fundos de Investimento Circulante				
BB Top DI Público	87.986	87.986	73.016	73.016
Bradesco FI Referenciado DI Federal Extra	87.986	87.986	73.016	73.016
Itaú Soberano Ref DI LP FI	81.163	81.163	67.578	67.578
Itaú BBA Federal Provision CP FICFI	6.821	6.821	5.424	5.424
	<u>263.956</u>	<u>263.956</u>	<u>219.034</u>	<u>219.034</u>

A carteira dos fundos de investimento em renda fixa da Seguradora Líder – DPVAT e restritos aos consórcios é composta, exclusivamente, por títulos públicos federais, classificadas como títulos para negociação e com vencimentos até 2050.

Em 31 de dezembro de 2014, 100% das aplicações estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido na divulgação do mercado secundário da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Análise de sensibilidade

Os parâmetros para gerenciamento e controle dos riscos das aplicações financeiras da Seguradora são estabelecidos por um Comitê de Investimento e aprovados pelo Conselho de Administração.

No gerenciamento do risco de crédito está determinado que todas as aplicações financeiras sejam efetuadas integralmente em fundos de investimentos, lastreados 100% em Títulos Públicos Federais indexados ao CDI, sob a administração/gestão de instituições financeiras altamente classificadas por empresas de classificação de risco (Nota 6).

No gerenciamento do risco de mercado, tendo como objetivo quantificar a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança, está determinado que a mensuração e controle seja efetuada por meio da metodologia de *Value at Risk* (VaR), calculado para o período de 21 dias, no resultado da Seguradora Líder-DPVAT, com intervalo de confiança de 95%, adotando-se os limites sobre o patrimônio líquido das carteiras, de 1,0% para a carteira das

14. Provisões técnicas - Seguros

	2014			2013		
	Sinistros a liquidar - PSL	Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Outras provisões - PDR	Sinistros a liquidar - PSL	Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Outras provisões - PDR
Ramos						
DPVAT	15.983	16.425	393	15.825	13.025	130
(b) Movimentação						
Em 31 de dezembro de 2013						
Capitalização (*)		15.825	130			
Constituição		1.518	40			
Redistribuição entre Seguradoras Consorciadas			3.838			
Reversão		710	46			
Transferência para Provisão de IBNR			(5.952)		(179)	(6.131)
Transferência da PSL - Administrativo			76		(76)	
Transferência para PSL - Administrativo			(213)		213	
Transferência para PSL - Judicial			1.421		(1.421)	
Transferência para PSL - Judicial			305		(305)	
Transferência da PSL - Judicial			(3.583)		3.583	
Em 31 de dezembro de 2014			<u>15.983</u>		<u>16.425</u>	<u>393</u>
						<u>32.801</u>

(*) De acordo ao disposto no artigo 11 da Resolução CNSP nº 153/2006.

(c) Provisão para sinistros no fim do exercício anterior

Para melhor entendimento, a análise da sinistralidade é apresentada para todo o ramo DPVAT e não somente para a Seguradora Líder-DPVAT. O valor referente à Seguradora Líder-DPVAT é obtido através da aplicação dos percentuais mencionados na nota de contexto operacional (Nota 1(b)).

PSL judicial e administrativa

	2011	2012	2013	2014
Provisão para sinistros no fim do exercício anterior	2.236.991	1.963.325	1.838.925	2.241.393
Sinistros avisados				
Exercício atual	1.087.640	1.129.362	1.228.189	1.741.647
Exercícios anteriores	2.043.328	2.011.090	1.868.112	1.976.244
	<u>3.130.968</u>	<u>3.140.452</u>	<u>3.096.301</u>	<u>3.717.891</u>
Pagamentos				
Exercício atual	(565.877)	(700.665)	(803.291)	(1.082.354)
Exercícios anteriores	(1.722.008)	(1.647.535)	(1.754.999)	(1.922.530)
	<u>(2.287.885)</u>	<u>(2.348.200)</u>	<u>(2.558.290)</u>	<u>(3.004.884)</u>
Reversão de sinistros sem pagamento	(1.116.749)	(916.652)	(135.543)	(813.496)
Provisões para sinistros no fim do exercício (A + B)	<u>1.963.325</u>	<u>1.838.925</u>	<u>2.241.393</u>	<u>2.140.904</u>
PSL Administrativa				
	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
Provisão para sinistros no fim do exercício anterior	377.909	382.556	257.953	347.662
Sinistros avisados				
Exercício atual	1.035.277	1.077.373	1.133.132	1.643.357
Exercícios anteriores	1.074.202	1.105.693	907.888	1.139.007
	<u>2.109.479</u>	<u>2.183.066</u>	<u>2.041.020</u>	<u>2.782.364</u>
Pagamentos				
Exercício atual	(560.839)	(690.626)	(789.632)	(1.064.518)
Exercícios anteriores	(720.577)	(786.431)	(920.828)	(1.170.577)
	<u>(1.281.416)</u>	<u>(1.477.057)</u>	<u>(1.710.460)</u>	<u>(2.235.095)</u>
Reversão de sinistros sem pagamento	(823.416)	(830.612)	(240.851)	(331.843)
Provisões para sinistros no fim do exercício (A) + PSL Judicial	<u>382.556</u>	<u>257.953</u>	<u>347.662</u>	<u>563.088</u>
	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
Provisão para sinistros no fim do exercício anterior	1.859.082	1.580.769	1.580.972	1.893.731
Sinistros avisados				
Exercício atual	52.363	51.989	95.057	98.290
Exercícios anteriores	969.126	905.397	960.224	837.237
	<u>1.021.489</u>	<u>957.386</u>	<u>1.055.281</u>	<u>935.527</u>
Pagamentos				
Exercício atual	(5.038)	(10.039)	(13.659)	(17.836)
Exercícios anteriores	(1.001.431)	(861.104)	(834.171)	(751.953)
	<u>(1.006.469)</u>	<u>(871.143)</u>	<u>(847.830)</u>	<u>(769.789)</u>
Reversão de sinistros sem pagamento	(293.333)	(86.040)	105.308	(481.653)
Provisões para sinistros no fim do exercício (B) + Desenvolvimento de Sinistros	<u>1.580.769</u>	<u>1.580.972</u>	<u>1.893.731</u>	<u>1.577.816</u>
Sinistros avisados até 2011				
No ano do aviso	1.963.326	851.656	1.089.021	1.166.454

NOS ÚLTIMOS ANOS, O MOVIMENTO DE VEÍCULOS AUMENTOU. A QUANTIDADE DE PESSOAS PROTEGIDAS PELO DPVAT TAMBÉM.



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014	2013
Companhia acionista		
Companhia de Seguros Previdência do Sul	152.415	159.815
Companhia Excelsior de Seguros	159.815	152.921
Companhia Mutual de Seguros	152.921	149.513
Comprev Seguros e Previdência S.A.	149.513	95.147
Confiança Companhia de Seguros	95.147	149.351
Dayprev Vida e Previdência S.A.	149.351	191.798
Fator Seguradora S.A.	191.798	236.563
General Brasil Seguros S.A.	236.563	146.873
Gente Seguradora S.A.	146.873	306.148
Icatu Seguros S.A.	306.148	148.187
Investprev Seguradora S.A.	148.187	146.291
Investprev Seguros e Previdência S.A.	146.291	166.377
Itaú BMG Seguradora S.A.	166.377	430.315
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	430.315	1.041.053
Itaú Vida e Previdência S.A.	1.041.053	248.996
J. Malucelli Seguradora S.A.	248.996	219.501
J. Malucelli Seguros S.A.	219.501	317.638
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	317.638	169.493
Mapfre Previdência S.A.	169.493	497.474
Mapfre Seguros Gerais S.A.	497.474	210.221
Mapfre Vida S.A.	210.221	174.164
MBM Seguradora S.A.	174.164	190.775
Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	190.775	168.098
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.	168.098	917.761
Nobre Seguradora do Brasil S.A.	917.761	210.036
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	210.036	148.104
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	148.104	147.980
PQ Seguros S.A.	147.980	161.448
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	161.448	31.594
Safra Vida e Previdência S.A.	31.594	38.240
Sinaf Previdencial Companhia de Seguros	38.240	182.874
Swiss RE Corporate Solutions Brasil S.A.	182.874	430.096
Tokio Marine Seguradora S.A.	430.096	29.996
União Seguradora S.A. – Vida e Previdência	29.996	148.416
Usebens Seguros S.A.	148.416	29.966
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	29.966	214.883
Vida Seguradora S.A.	214.883	375.385
Yasuda Marítima Seguros S.A.	375.385	564.311
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	564.311	15.000.000
Total de ações	15.000.000	

(b) **Reserva legal**
A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido e seu saldo limitado a 20% do capital social.

(c) **Reserva estatutária**
A reserva estatutária é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital e/ou distribuição aos acionistas; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social. Caso o referido capital seja ultrapassado, haverá capitalização ou distribuição do excesso.

(d) **Dividendos obrigatórios**
São calculados na proporção de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, conforme determina o estatuto da Seguradora Líder-DPVAT, totalizando R\$ 524 (2013 – R\$ 412).

(e) **Lucro por ação – básico e diluído**
Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.
O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do resultado por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	2.207	1.733
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	15.000	15.000
Lucro por lote de mil ações em Reais	147,13	115,53

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

19. Imposto de renda e contribuição social

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações				
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Ajustes permanentes	50	4	40	
	(864)	(545)	(680)	(432)

Lei nº 12.973
No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP convertida em Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderia advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e optou pela não adoção antecipada da referida Lei, tendo a mesma vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para a Companhia.

20. Ramos de atuação

	2014			2013		
	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento
DPVAT (*)	29.773	87.30	1.43	28.186	87.30	1,43

(*) Concerne à participação da Seguradora Líder-DPVAT.

21. Detalhamento das contas de resultado

	2014	2013
(a) Prêmios cedidos - repasses obrigatórios	(4.234.514)	(4.015.564)
Fundação Nacional de Saúde - FNS	(3.811.062)	(3.614.007)
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	(423.452)	(401.557)
(b) Sinistros ocorridos	(25.991)	(24.605)
Indenizações avisadas	(3.004.883)	(2.558.290)
Despesas com sinistros	(892.249)	(663.586)
Varição da provisão de sinistros ocorridos não avisados	232.354	(291.267)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	3.638.787	3.488.538
(c) Custo de aquisição	(426)	(404)
Comissão sobre prêmios emitidos	(60.099)	(57.674)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	59.673	57.270
(d) Outras receitas e despesas operacionais	(20,089)	(365)
Com operações de seguros e resseguros	20,089	19.900
Recuperação de custo com emissão de bilhetes	242.796	238.433
Despesas com cobrança	(237.269)	(231.337)
Obrigações Detrans	(87.548)	(82.621)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	61.489	55.260

(e) **Despesas administrativas**

Despesas com pessoal próprio	(1.314)	(1.188)
Despesas com serviços de terceiros	(59.312)	(53.828)
Despesas com localização e funcionamento	(29.184)	(20.140)
Despesas com publicidade e propaganda	(22.029)	(24.390)
Despesas decorrentes de convênios	(51.506)	(46.651)
Outras despesas administrativas	(14.908)	(16.806)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	(1.186)	(1.069)
	176.811	161.696

(f) **Despesas com tributos**

Despesas com PIS	(491)	(549)
Despesas com COFINS	(10.350)	(11.314)
Despesas com COFINS	(63.695)	(69.624)
Outras despesas com tributos	(610)	(602)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	74.164	80.991

(g) **Resultado financeiro**

Receitas com títulos de renda fixa	2.549	1.805
Receitas dos Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	26.061	16.898
Despesas com operações de seguros	(20.016)	(13.026)
Despesas dos Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	(5.072)	(3.592)
	1.576	1.525

(*) Correspondem a valores atribuídos às demais seguradoras consorciadas, conforme quota de participação de cada uma.

22. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e Capital Adicional

(a) **Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:**

	2014	2013
Patrimônio líquido	24.467	22.784
Despesas antecipadas	(179)	(401)
Intangível	(53)	(39)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	24.235	22.344
Capital – base (I)	15.000	15.000
Capital Adicional por Risco de Subscrição (b.1)		
Capital Adicional por Risco de Crédito (b.2)		
Capital Adicional por Risco de Mercado (b.3)		
Capital Adicional por Risco Operacional	200	189
Capital de risco (II)	200	189
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior entre (I) e (II)	15.000	15.000
Suficiência de Capital (PLA-CMR)	9.235	7.344

A Seguradora Líder-DPVAT está enquadrada nos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CNSP nº 302/13.

(b) **Capital adicional**
(b.1) - A Seguradora Líder-DPVAT não está sujeita à aplicação do cálculo de capital adicional por risco de subscrição, pois os riscos são de aceitação compulsória, tendo em vista a obrigatoriedade do pagamento do seguro, para efeito de licenciamento anual dos veículos pertencentes à frota nacional.
(b.2) - A Seguradora Líder-DPVAT não está sujeita à aplicação do cálculo de capital adicional por risco de crédito, conforme disposto no artigo 17 da Resolução CNSP 302 de 16 de dezembro de 2013.
(b.3) - A Seguradora Líder-DPVAT não está sujeita à aplicação do cálculo de capital adicional por risco de mercado, conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CNSP nº 317 de 12 de dezembro de 2014.

23. Partes relacionadas
A Seguradora Líder-DPVAT incorreu em despesas com remuneração de seus administradores e membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração no valor de R\$ 5.459 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (exercício findo em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 5.232), que foram rateadas entre suas Consorciadas.

24. Outras informações
(a) A Seguradora contrata seguros em modalidades e montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos fixos e garantir suas obrigações e de seus administradores.
(b) Ativo intangível, refere-se a gastos com softwares e ativo imobilizado, refere-se a equipamentos de informática, instalações etc., calculados através da aplicação do percentual de participação da Seguradora Líder-DPVAT, descritas na Nota 1(b).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA	
Luiz Tavares Pereira Filho – Presidente	João Gilberto Possiede	Raphael de Almeida Barreto - Presidente	Ricardo de Sá Acatauassú Xavier	-	Diretor-Presidente
Rosana Techima Salsano – Vice-Presidente	Jorge de Souza Andrade	Carlos Alberto Landim	Cláudio Mendes Ladeira	-	Diretor de Operações
Bernardo Dieckmann	José Carlos Lyrio Rocha	Lúcio Antônio Marques	José Márcio Barbosa Norton	-	Diretor de Relações Institucionais
Celso Damadi	Márcio Goldman		Marcus Davoli Lopes	-	Diretor Jurídico
Fernando José Costa Teles	Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti		Marcelo Vinicius Cataldo de Felipe	-	Diretor de Infraestrutura
Jabis de Mendonça Alexandre	Ricardo José Iglesias Teixeira				
João Carlos França de Mendonça	Roberto Barroso				
	Sergio Wilson Ramos Junior				

CONTADOR: Humberto Lourenço da Silva - CRC RJ 64.992

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, instituído pelos artigos 17 e 18 do Estatuto Social da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (a "Companhia"), é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, com as atribuições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 118/2004, sendo seu funcionamento regulado por regimento interno.
A Companhia foi constituída em 10 de outubro de 2007, sendo que em 4 de dezembro de 2007 obteve da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a necessária autorização para operar mediante publicação em Diário Oficial da União da Portaria SUSEP nº 2.797, iniciando suas atividades a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2008.
Os membros do Comitê de Auditoria: Luiz Pereira de Souza, Marcos Acilido Ferreira e Renato Paulino de Carvalho Filho, foram eleitos em reunião do Conselho de Administração

da Companhia realizada em 24 de março de 2014, ato este homologado pela SUSEP no âmbito do Processo SUSEP nº 15414.001095/2014-06.
O Comitê de Auditoria, desde a sua instalação, realiza reuniões mensais com diversas áreas operacionais da Companhia, incluindo a Diretoria, Auditoria Interna e Controles Internos, bem como com os Auditores Externos e com o Conselho Fiscal.
O Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras do exercício de 2014 em reunião com o Auditor Independente PriceWaterhouseCoopers e o Conselho Fiscal e deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.
O Comitê de Auditoria não registrou qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco

a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Com base nas revisões e discussões havidas nas reuniões do Comitê de Auditoria realizadas em 10 e 24 de fevereiro de 2015, recomendamos ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2014.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

Luiz Pereira Souza
Marcos Acilido Ferreira
Renato Paulino de Carvalho Filho

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, instituído pelo artigo 23 do Estatuto Social da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (a "Companhia"), é formado por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, todos devidamente eleitos pela Assembleia Geral da Companhia e com as atribuições previstas na lei, sendo seu funcionamento regulado por regimento interno.
A Companhia foi constituída em 10 de outubro de 2007, sendo que em 4 de dezembro de 2007 obteve da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a necessária autorização para operar mediante publicação em Diário Oficial da União da Portaria SUSEP nº 2.797, iniciando suas atividades a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2008.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 24 de março de 2014, ato este homologado pela SUSEP nos termos da Carta nº 167/2014/SUSEP/DIRAT, datada de 30 de outubro de 2014, expedida no âmbito do Processo nº 15414.001096/2014-42.
Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, com base nas revisões e discussões realizadas nas reuniões dos dias 10 e 24 de fevereiro de 2015, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014, e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são

de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

Raphael de Almeida Barreto - Presidente
Lucio Antonio Marques - Conselheiro
Carlos Alberto Landim - Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais especificamente aplicáveis a carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais especificamente aplicáveis a carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar e serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da

solvência, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais especificamente aplicáveis a carteira de Seguros DPVAT, emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estejam livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais especificamente aplicáveis a carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

pwc PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1.400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências

éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ
João Manoel dos Santos
Contador CRC 1RJ054092/O-0

**NOS ÚLTIMOS ANOS,
O MOVIMENTO DE VEÍCULOS AUMENTOU.
A QUANTIDADE DE PESSOAS
PROTEGIDAS PELO DPVAT TAMBÉM.**



O trânsito não para de mudar. Há 40 anos, o Seguro DPVAT acompanha todas essas mudanças. Por isso, todo brasileiro pode contar com o nosso apoio em casos de acidente de trânsito com danos pessoais. Só nos últimos doze meses, foram mais de 764 mil indenizados. Lembre-se: se precisar, conte sempre com o DPVAT, o seguro mais abrangente do mundo.

DPVAT. O seguro do trânsito.

0800 022 1204 | www.dpvatsegurodotransito.com.br


Seguradora Líder

seguro
DPVAT

40 ANOS